

Conferência de Políticas para as Mulheres **Movimentos querem mais democracia**

Depois de terem recebido o regimento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizações do movimento de mulheres passaram a monitorar e cobrar dos governos municipais e estaduais o início do processo.

Na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a informação é de que em apenas três estados foram definidas as datas das conferências estaduais: Acre (27 e 28 de abril), Goiás (07 e 08 de maio) e Rio Grande do Sul (15 de maio), havendo em dois estados datas a serem confirmadas. No Piauí, dúvida entre o dia 11 e o dia 12 de maio, e em Tocantins falta bater o martelo para a data escolhida: 29 e 30 de maio. No entanto, após este informe da SPM, fomos informadas pelo Fórum de Mulheres Cearenses, integrante da comissão organizadora da conferência do Ceará, que o evento já está marcado: será dias 11 e 12 de maio, em Fortaleza.

Ainda conforme a Secretaria, outros 11 estados não apresentaram a agenda das conferências, mas avançam em outros aspectos através de reuniões convocadas pelo governo estadual, pelos Conselhos da Mulher (quando existem) ou graças à ação do próprio movimento de mulheres. Este é o caso de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.

Desafios

Em **São Paulo**, a avaliação do movimento de mulheres indica entre os desafios da Conferência o fato de 2004 ser um ano eleitoral. Além das disputas e tensões entre órgãos de governo encarregados de convocar as plenárias e conferências, o movimento de mulheres deverá estar atento e enfrentar possíveis tentativas de transformar a Conferência em palanque para candidaturas. No final de janeiro, durante a reunião convocada pela Articulação de Mulheres de São Paulo e o Regional da Rede Feminista de Saúde foi debatida com a representante da SPM a composição da comissão organizadora.

As mulheres consideraram bem equacionada a participação da sociedade civil na comissão nacional, mas pretendem reivindicar a participação dos movimentos sociais, populares e de mulheres nas comissões organizadoras municipais e estaduais, e ainda "contribuir para que a definição de delegadas/os seja plural e representativa dos movimentos, em especial do movimento de mulheres".

Intervindo

No **Ceará**, o governo estadual, através do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM, tentou encaminhar a Conferência sem chamar a sociedade civil. Informadas a tempo da data da primeira reunião, representantes do Fórum de Mulheres Cearenses e das organizações Esplar e Cetra foram ao local e conseguiram participar. Numa segunda reunião, que foi marcada para constituir a Comissão Organizadora e as comissões especiais, compareceram dezenas de organizações de mulheres mobilizadas pelo Fórum.

Esta mobilização garantiu que a sociedade civil pudesse ter, na comissão organizadora, o mesmo número de representantes do governo estadual, com representação do Fórum de Mulheres, da Comissão de Mulheres da CUT/CE, da Central de Movimentos Populares, do Instituto Negras do Ceará, da Associação de Prostitutas do Ceará e do SOS Mulher. O movimento de mulheres está representado em todas as demais comissões.

O **Pará** é um dos dez estados onde o processo da Conferência enfrenta mais dificuldades. O governo estadual tem se negado a receber o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense e várias organizações de mulheres. A única conferência municipal oficialmente marcada é a do município de Barcarena, no dia 08 de março. Para a conferência de Belém, só existe um indicativo de data, mas ainda sem respostas efetivas do governo municipal. Frente a este quadro, o movimento de mulheres decidiu criar comissões para discutir e avançar no processo. Cada comissão é formada por representantes de vários grupos de mulheres e focam: coordenação política, articulação e mobilização, conteúdo e comunicação. Preocupadas com a definição das/os delegadas/os, as paraenses vão apresentar uma proposta de regimento aos governos estadual e municipais. A intenção é garantir critérios democráticos para as indicações e para que o número de delegadas/os das conferências estaduais seja proporcional ao total de participantes de cada conferência municipal.

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Políticas para as Mulheres – um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero, Brasília 17 a 19/6/2004.

Para saber mais sobre a Conferência, consulte: <http://www.planalto.gov.br/spmulheres> ou faça contato com Jurema Chagas ou Dirce Grösz da SPM, fones (61) 2104 9372 e 21049361; fax: (61) 21049355 ou pelo e-mail: conferenciamulheres@spmulheres.gov.br.

Notícias dos Estados

Registramos novidades nas coordenações de três fóruns de mulheres. No **Maranhão**, Ieda Cutrim Batista retomou a representação regional da AMB e a coordenação do Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses, após breve período de afastamento por motivo de doença.

No Fórum de **Pernambuco**, assumiu recentemente a coordenação colegiada Ana Veloso, do Centro das Mulheres do Cabo, que entra no lugar de Karla Galvão, do Instituto Papai, que licenciou-se para um período de estudos. Vera Baroni, do Uiala Mukaj, continua na coordenação e Betânia Regino, que já era a representante da AMB, passa a assumir também a coordenação colegiada.

No **Distrito Federal**, nova eleição para a coordenação do Fórum de Mulheres, após a saída de Kátia Guimarães, que mudou-se para Recife, ano passado. Agora, a coordenação é um colegiado composto por Elizabeth Barreiros, Maria Cristina Araújo e Maria da Paz Cintra.

Mulher e Política

Como ampliar a presença das mulheres nos parlamentos?

Com o objetivo de debater a ampliação dos espaços das mulheres nos parlamentos, deputadas da Bancada Feminina do Congresso participaram do encontro da Rede de Mulheres Parlamentares da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), em Puebla, México, no início deste mês. Estiveram presentes as deputadas federais Iara Bernardi e Maria José Maninha.

Durante o encontro, a deputada Iara Bernardi tomou posse como diretora do comitê executivo da COPA e a deputada Maninha assumiu a presidência da Confederação.

Para mais informações sobre o debate realizado no encontro da Rede de Mulheres Parlamentares, entrar em contato com: iara.bernardi@uol.com.br.

Mulheres em Destaque

Dentro das comemorações do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, dez mulheres serão premiadas pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, com o Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltró, em reconhecimento à ação em defesa dos direitos da mulher.

Em destaque, a homenagem (em memória) que será prestada às ativistas Lélia Gonzalez e Angela Borba. Na premiação - concedida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia - receberão os diplomas: Therezinha Batista Silva, Moema Toscano, Salete Maccaloz, Rosa Geralda da Silveira (Vó Rosa), Bárbara Musumeci Soares, Vera Sílvia March Farias, Bibi Vogel e Zilda Barbosa de Oliveira.

CONtextos

Nesta edição, incluímos um arquivo para aguçar nossa reflexão quanto aos desafios da participação política. Trata-se do texto "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?", da cientista política Evelina Dagnino. Para Evelina, o processo de construção democrática enfrenta hoje, no Brasil, um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos distintos, ligados a dois projetos políticos: o *projeto político participatório* e o *projeto neoliberal*.

O texto traz a exposição de Evelina Dagnino durante o Colóquio Internacional "Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización", realizado em Caracas, entre 23 e 24 de maio de 2003. O Colóquio foi organizado pelo Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, Universidade Central de Venezuela.